

País se nega a pagar dívida sem desconto

O governo brasileiro considera inaceitável e o Senado não irá aprovar os termos definitivos do acordo de renegociação da dívida externa se o País for obrigado a pagar a maior parte dela sem desconto. Esta é a posição que o negociador brasileiro, Pedro Malan, apresentará aos banqueiros internacionais durante reunião no dia 29 em Hamburgo, na Alemanha, revelou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), após conversa com Malan. Os bancos aderiram ao acordo de renegociação no dia 15 de março, mas querem que 60% da dívida renegociada, ou US\$ 26,4 bilhões, sejam pagos sem o desconto de 35% oferecido pelo Brasil.

O presidente do comitê assessor dos bancos, William Rhods, foi o primeiro a tomar conhecimento da posição brasileira. Na noite de terça-feira, (dia 23) conversou durante mais de uma hora com o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, e pôde antecipar a posição de pelo menos um banco: o Citibank, o maior credor individual do País (tem créditos de US\$ 2,5 bilhões), prometeu que irá rever suas opções. O City gostaria que 30% do seu crédito junto ao Brasil fossem pagos sem desconto e o ministro não concordou.

O ministro Eliseu Resende encaminhou ontem à comunidade financeira internacional um comunicado em que deixa clara a posição do governo brasileiro. No comunicado, o ministro relembra aos banqueiros o compromisso de que não pode haver uma concentração em uma das opções de pagamento. Eliseu Resende alerta que a definição do equilíbrio entre as sete alternati-

vas permitirá ao País calcular claramente qual o volume de recursos que vai economizar com a redução do estoque da dívida, bem como para o que será necessário para a compra das garantias.

O ministro Eliseu Resende, segundo Pedro Malan, acredita que os bancos irão rever suas posições espontaneamente. O assunto é polêmico e envolve o Senado, que dará a palavra final sobre as opções dos bancos credores para o pagamento dos US\$ 44 bilhões renegociados. O senador Suplicy fez as contas e chegou à conclusão de que, se prevalecer o pagamento sem desconto, o País terá um custo adicional de cerca de US\$ 10 bilhões. O custo será maior porque o Brasil desembolsará um maior volume de recursos para comprar os títulos do governo norte-americano, que irão constituir as garantias do pagamento final da dívida no prazo de 30 anos.

Malan seguiu para Hamburgo, para a fase decisiva de negociação que definirá de que forma a dívida será paga. "Trata-se de uma rodada de negociações. Os bancos sabem que não é possível concentrar o pagamento em apenas uma opção. Isto está na **term sheet (termos do contrato)**", disse Malan antes de embarcar para Hamburgo. O governo brasileiro quer que os 850 bancos credores respeitem os termos do acordo, que prevê um equilíbrio entre as sete opções de pagamento. A primeira opção é o chamado de "bônus ao par", que prevê o pagamento do débito em 30 anos, com juros flutuantes até o sétimo ano do pagamento. Outra hipótese é o bônus de desconto, que abate a dívida em 35%.